



PACATUBA-CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA - CEARÁ

Agente de Combate a Endemias

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO 004/2024

CÓD: SL-051AG-24
7908433262282

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos: situação comunicativa, pressuposição, inferência, ambiguidade, ironia, figurativização, polissemia, intertextualidade, linguagem não-verbal	9
2. Tipos e gêneros textuais: narrativo, descritivo, expositivo, argumentativo, instrucionais, propaganda, editorial, cartaz, anúncio, artigo de opinião, artigo de divulgação científica, ofício, carta	15
3. Estrutura textual: progressão temática.....	23
4. parágrafo.....	23
5. frase, oração, período, enunciado	24
6. pontuação	27
7. coesão e coerência	29
8. Variedade linguística	30
9. formalidade e informalidade, formas de tratamento. propriedade lexical, adequação comunicativa	30
10. Norma culta: ortografia	34
11. acentuação.....	36
12. emprego do sinal indicativo de crase.....	37
13. Pontuação	38
14. Formação de palavras, prefixo, sufixo.....	38
15. classes de palavras.....	39
16. regência	48
17. concordância nominal e verbal.....	50
18. flexão verbal e nominal.....	52
19. sintaxe de colocação	57
20. Produção textual.....	58
21. Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos	59
22. cargo de tempos e modos dos verbos em português.....	59
23. Fonologia: conceitos básicos, classificação dos fonemas, sílabas, encontros vocálicos, encontros consonantais, dígrafos, divisão silábica.....	60
24. Morfologia: reconhecimento, cargo e sentido das classes gramaticais	61
25. Termos da oração. Processos de coordenação e subordinação.....	61
26. Transitividade e regência de nomes e verbos	61
27. Padrões gerais de colocação pronominal no português	61
28. Estilística: figuras de linguagem	61
29. Reescrita de frases: substituição, deslocamento, paralelismo.....	63
30. Norma culta	66

Noções de Direito Administrativo e Constitucional

1. A Administração Pública: princípios da Administração Pública	79
2. Poderes administrativos.....	83
3. Atos administrativos	90
4. Licitações e contratos administrativos.....	103
5. Serviços públicos.....	148
6. Servidores públicos: regime especial, regime trabalhista, expediente funcional e organizacional; Cargo, emprego e função pública	160
7. Órgãos públicos.....	206
8. Improbidade administrativa.....	212
9. Processo administrativo.....	228
10. Constituição da República Federativa do Brasil: dos Princípios Fundamentais – arts. 1º ao 4º	237
11. dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – art. 5º.....	238
12. dos Direitos Sociais – arts. 6º ao 11º	242
13. da Nacionalidade – arts. 12º e 13º	243
14. dos Direitos Políticos – arts. 14º ao 16º.....	245
15. da Organização Político-Administrativa – arts. 18º e 19º; dos Municípios – arts. 29º ao 31º	247
16. da Administração Pública – arts. 37º ao 41º.....	251

Noções de Informática

1. Noções de Sistema Operacional: fundamentos e operação, organização e gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.....	261
2. arquitetura de computadores.....	264
3. sistemas operacionais modernos (Ubuntu Linux e Windows 11)	267
4. Procedimentos de backup e recuperação contra desastres	276
5. Aplicativos para Escritório: edição de textos, planilhas, apresentações, comunicações, banco de dados e demais programas (Microsoft Office e Google Workspace).....	277
6. Rede de Computadores	320
7. fundamentos e conceitos básicos, ferramentas, aplicativos, endereçamento e procedimentos de Internet e Intranet. Internet: uso e navegação, sites de busca e pesquisa, aplicativos de navegação (Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome).....	327
8. grupos de discussão.....	332
9. redes sociais.....	334
10. Correio Eletrônico: fundamentos, funcionamento e aplicativos (Email do Windows, Mozilla Thunderbird e similares)	336
11. Soluções de Comunicação: tecnologias, aplicativos de mensageria e comunicação (WhastApp, Telegram, Skype, Discord, etc.)	341
12. Computação em Nuvem: fundamentos de cloud computing, tipos de oferta de serviço (IaaS, PaaS, SaaS), modelos de implementação, serviços e provedoras (Google, Amazon, Microsoft, etc.).....	341
13. Segurança da Informação: fundamentos e princípios, procedimentos de segurança, malware (vírus, worms, trojan, etc.), aplicativos de segurança (antivírus, firewall, anti-spyware, etc.).....	344

Matemática

1. Conjuntos numéricos: números naturais, inteiros e racionais. Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão	353
2. Resolução de problemas	361
3. Regra de três simples	364
4. porcentagem	364
5. Geometria básica	365
6. Sistema monetário brasileiro	376
7. Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, massa, capacidade e tempo	377
8. Fundamentos de Estatística	381
9. Raciocínio lógico	382
10. Noções de lógica	384

Conhecimentos Sobre o Município

1. História de Pacatuba	393
2. Aspectos geográficos e Municípios circunvizinhos	398
3. Emancipação e Fundação da Cidade	403
4. Promulgação da Lei Orgânica da Cidade	409
5. Administração Municipal	412
6. Datas Significativas e Comemorativas do Município	418
7. Fatores Econômicos da Cidade	424
8. Demais aspectos gerais a respeito do Município de Pacatuba	430

Conhecimentos Específicos Agente de Combate a Endemias

1. Atribuições do ACE; Visita domiciliar; LEI Nº 11.350, DE 5 DE OUTUBRO DE 2006	437
2. Prevenção e controle de endemias	450
3. Noções básicas sobre zoonoses, educação e mobilização em saúde	450
4. Agravos ao homem pela ação de animais peçonhentos	453
5. Noções básicas de doenças como Leishmaniose Visceral e Tegumentar, Dengue, Febre Chikungunya, Malária, Esquistossomose, Ebola, dentre outras	454
6. Controle ético da população de cães e gatos: guarda responsável e controle populacional de cães e gatos; Situação do Programa de controle populacional de cães e gatos	458
7. Raiva: noções sobre a doença, vacinação anti-rábica animal, controle de morcegos em áreas urbanas	459
8. Roedores / Leptospirose: controle de roedores em áreas urbanas; leptospirose: sintomas, transmissão, prevenção	464
9. Animais Peçonhentos: ofídeos, aracnídeos (aranhas e escorpiões) e lepidópteros (Lonomia obliqua): noções básicas sobre controle, prevenção de acidentes e primeiros socorros	468
10. A territorialização como instrumento básico de reconhecimento do território para a atuação da vigilância	471
11. Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde; Lei Orgânica da Saúde 8.080/90	472

ÍNDICE

12. Epidemiologia: conceitos básicos	487
13. Situação epidemiológica	488
14. Meio ambiente e saneamento.....	488
15. História Natural e prevenção de doenças	490
16. Doenças de notificação compulsória	494
17. Indicadores de Saúde.....	497
18. Avaliação das áreas de risco ambiental e sanitário.....	504
19. Formas de aprender e ensinar em educação popular Promoção da saúde: conceitos e estratégias	505
20. Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas	507
21. Conceitos e critérios de qualidade da atenção à saúde: acessibilidade, humanização do cuidado, satisfação do usuário e do trabalhador, equidade	509
22. Noções de ética e cidadania	510
23. Saúde do Trabalhador	511

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS: SITUAÇÃO COMUNICATIVA, PRESSUPOSIÇÃO, INFERÊNCIA, AMBIGUIDADE, IRONIA, FIGURATIVIZAÇÃO, POLISSEMIA, INTERTEXTUALIDADE, LINGUAGEM NÃO-VERBAL

Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”.

Em “E” – Errado: este é o tema do texto, a inclusão dos deficientes.

Resposta: Letra B.

Ironia

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:



Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

Ironia de situação

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro "Memórias Póstumas de Brás Cubas", de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem sucesso. Após a morte, a personagem se torna conhecida. A ironia é que planejou ficar famoso antes de morrer e se tornou famoso após a morte.

Ironia dramática (ou satírica)

A ironia dramática é um dos efeitos de sentido que ocorre nos textos literários quando a personagem tem a consciência de que suas ações não serão bem-sucedidas ou que está entrando por um caminho ruim, mas o leitor já tem essa consciência.

Exemplo: Em livros com narrador onisciente, que sabe tudo o que se passa na história com todas as personagens, é mais fácil aparecer esse tipo de ironia. A peça como Romeu e Julieta, por exemplo, se inicia com a fala que relata que os protagonistas da história irão morrer em decorrência do seu amor. As personagens agem ao longo da peça esperando conseguir atingir seus objetivos, mas a plateia já sabe que eles não serão bem-sucedidos.

Humor

Nesse caso, é muito comum a utilização de situações que pareçam cômicas ou surpreendentes para provocar o efeito de humor.

Situações cômicas ou potencialmente humorísticas compartilham da característica do efeito surpresa. O humor reside em ocorrer algo fora do esperado numa situação.

Há diversas situações em que o humor pode aparecer. Há as tirinhas e charges, que aliam texto e imagem para criar efeito cômico; há anedotas ou pequenos contos; e há as crônicas, frequentemente acessadas como forma de riso.

Os textos com finalidade humorística podem ser divididos em quatro categorias: anedotas, cartuns, tiras e charges.

Exemplo:

**INFORMAÇÕES IMPLÍCITAS****Definição**

Em contraste com as informações explícitas, que são expressas de forma direta no texto, as informações implícitas não são apresentadas da mesma maneira. Em muitos casos, para uma leitura eficaz, é necessário ir além do que está explicitamente mencionado, ou seja, é preciso inferir as informações contidas no texto para decifrar as entrelinhas.

Inferência: quer dizer concluir alguma coisa com base em outra já conhecida. Fazer inferências é uma habilidade essencial para a interpretação correta dos enunciados e dos textos. As principais informações que podem ser inferidas recebem o nome de subentendidas e pressupostas.

Informação pressuposta: é aquela que depende do enunciado para gerar sentido. Analise o seguinte exemplo: “Arnaldo retornará para casa?”, o enunciado, nesse caso, somente fará sentido se for levado em consideração que Arnaldo saiu de casa, pelo menos provisoriamente – e essa é a informação pressuposta.

O fato de Arnaldo encontrar-se em casa invalidará o enunciado. Observe que as informações pressupostas estão assinaladas por meio de termos e expressões expostos no próprio enunciado e implicam um critério lógico. Desse modo, no enunciado “Arnaldo ainda não retornou para casa”, o termo “ainda” aponta que o retorno de Arnaldo para casa é dado como certo pelo enunciado.

Informação subentendida: diversamente à informação pressuposta, a subentendida não é assinalada no enunciado, sendo, portanto, apenas uma sugestão, isto é, pode ser percebida como insinuações. O emprego do subentendido “camufla” o enunciado por trás de uma declaração, pois, nesse caso, ele não quer se comprometer com ela.

Em razão disso, pode-se afirmar que as informações são de responsabilidade do receptor da fala, ao passo que as pressupostas são comuns tanto aos falantes quanto aos receptores. As informações subentendidas circundam nosso dia a dia nas anedotas e na publicidade, por exemplo; enquanto a primeira consiste em um gênero textual cujo sentido está profundamente submetido à ruptura dos subentendidos, a segunda se baseia nos pensamentos e comportamentos sociais para produzir informações subentendidas.

FIGURATIVIZAÇÃO

A figurativização é uma técnica literária que consiste em utilizar figuras de linguagem, como metáforas, comparações e personificações, para expressar uma ideia de forma mais impactante e sensorial.

Ao utilizar a figurativização, o autor cria imagens vívidas e simbólicas, que vão além do sentido literal das palavras e despertam a imaginação do leitor. Essa técnica permite transmitir emoções, sentimentos e conceitos abstratos de maneira mais intensa, tornando a linguagem mais poética e expressiva.

Um exemplo de figurativização pode ser encontrado no poema “A tempestade”, de Castro Alves:

“Rugem nuvens, freme a terra,
Fende a luz mais clara, mais alta,
Formam-se os vagalhões, forma-se a guerra,
Forma-se a batalha!”

Neste trecho, o autor utiliza a personificação ao atribuir características humanas às nuvens, à terra, à luz, aos vagalhões e à guerra, criando uma imagem de intensidade e movimento da natureza. A linguagem figurativa enriquece o poema, tornando-o mais impactante e emocionante.

POLISSEMIA E MONOSSEMIA

A polissemia diz respeito ao potencial de uma palavra apresentar uma multiplicidade de significados, de acordo com o contexto em que ocorre. A monossemia indica que determinadas palavras apresentam apenas um significado. Exemplos:

– “Língua”, é uma palavra polissêmica, pois pode por um idioma ou um órgão do corpo, dependendo do contexto em que é inserida.

– A palavra “decalitro” significa medida de dez litros, e não tem outro significado, por isso é uma palavra monossêmica.

INTERTEXTUALIDADE

— Definições gerais

Intertextualidade é, como o próprio nome sugere, uma *relação entre textos* que se exerce com a menção parcial ou integral de elementos textuais (formais e/ou semânticos) que fazem referência a uma ou a mais produções pré-existentes; é a inserção em um texto de trechos extraídos de outros textos. Esse diálogo entre textos não se restringe a textos verbais (livros, poemas, poesias, etc.) e envolve, também composições de natureza não verbal (pinturas, esculturas, etc.) ou mista (filmes, peças publicitárias, música, desenhos animados, novelas, jogos digitais, etc.).

— Intertextualidade Explícita x Implícita

– **Intertextualidade explícita:** é a reprodução fiel e integral da passagem conveniente, manifestada aberta e diretamente nas palavras do autor. Em caso de desconhecimento preciso sobre a obra que originou a referência, o autor deve fazer uma prévia da existência do excerto em outro texto, deixando a hipertextualidade evidente.

As características da intertextualidade explícita são:

- Conexão direta com o texto anterior;
- Obviedade, de fácil identificação por parte do leitor, sem necessidade de esforço ou deduções;
- Não demanda que o leitor tenha conhecimento preliminar do conteúdo;
- Os elementos extraídos do outro texto estão claramente transcritos e referenciados.

– **Intertextualidade explícita direta e indireta:** em textos acadêmicos, como dissertações e monografias, a intertextualidade explícita é recorrente, pois a pesquisa acadêmica consiste justamente na contribuição de novas informações aos saberes já produzidos. Ela ocorre em forma de citação, que, por sua vez, pode ser direta, com a transcrição integral (cópia) da passagem útil, ou indireta, que é uma clara exploração das informações, mas sem transcrição, re-elaborada e explicada nas palavras do autor.

– **Intertextualidade implícita:** esse modo compreende os textos que, ao aproveitarem conceitos, dados e informações presentes em produções prévias, não fazem a referência clara e não reproduzem integralmente em sua estrutura as passagens envolvidas. Em outras palavras, faz-se a menção sem revelá-la ou anunciá-la. De qualquer forma, para que se compreenda o significado da relação estabelecida, é indispensável que o leitor seja capaz de reconhecer as marcas intertextuais e, em casos mais específicos, ter lido e compreendido o primeiro material. As características da intertextualidade implícita são: conexão indireta com o texto fonte; o leitor não a reconhece com facilidade; demanda conhecimento prévio do leitor; exigência de análise e deduções por parte do leitor; os elementos do texto pré-existente não estão evidentes na nova estrutura.

— Tipos de Intertextualidade

1 – Paródia: é o processo de intertextualidade que faz uso da crítica ou da ironia, com a finalidade de subverter o sentido original do texto. A modificação ocorre apenas no conteúdo, enquanto a estrutura permanece inalterada. É muito comum nas músicas, no cinema e em espetáculos de humor. Observe o exemplo da primeira estrofe do poema “*Vou-me embora pra Pasárgada*”, de Manuel Bandeira:

TEXTO ORIGINAL

“Vou-me embora para Pasárgada
Lá sou amigo do rei
Lá tenho a mulher que eu quero
Na cama que escolherei?”

PARÓDIA DE MILLÔR FERNANDES

“Que Manoel Bandeira me perdoe, mas vou-me embora de Pasárgada
Sou inimigo do Rei
Não tenho nada que eu quero
Não tenho e nunca terei”

2 – Paráfrase: aqui, ocorre a reafirmação sentido do texto inicial, porém, a estrutura da nova produção nada tem a ver com a primeira. É a reprodução de um texto com as palavras de quem escreve o novo texto, isto é, os conceitos do primeiro texto são preservados, porém, são relatados de forma diferente. Exemplos: observe as frases originais e suas respectivas paráfrases:

“Deus ajuda quem cedo madruga” – *A professora ajuda quem muito estuda.*
“To be or not to be, that is the question” – *Tupi or not tupi, that is the question.*

3 – Alusão: é a referência, em um novo texto, de uma dada obra, situação ou personagem já retratados em textos anteriores, de forma simples, objetiva e sem quaisquer aprofundamentos. Veja o exemplo a seguir:

“Isso é presente de grego” – alusão à mitologia em que os troianos caem em armadilhada armada pelos gregos durante a Guerra de Troia.

4 – Citação: trata-se da reescrita literal de um texto, isto é, consiste em extrair o trecho útil de um texto e copiá-lo em outro. A citação está sempre presente em trabalhos científicos, como artigos, dissertações e teses. Para que não configure plágio (uma falta grave no meio acadêmico e, inclusive, sujeita a processo judicial), a citação exige a indicação do autor original e inserção entre aspas. Exemplo:

“Na natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma.”

(*Lavoisier, Antoine-Laurent, 1773*).

5 – Crossover: com denominação em inglês que significa “cruzamento”, esse tipo de intertextualidade tem sido muito explorado nas mídias visuais e audiovisuais, como televisão, séries e cinema. Basicamente, é a inserção de um personagem próprio de um universo fictício em um mundo de ficção diferente. *Freddy & Jason* é um grande *crossover* do gênero de horror no cinema.

Exemplo:



NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Breve Introdução

Podemos considerar o Direito Administrativo como um ramo autônomo do Direito que se encontra dependente de um acoplado de regras e princípios próprios. Todavia, ainda não existe uma norma codificada, não havendo, desta forma, um Código de Direito Administrativo.

Por esta razão, as regras que regem a atuação da Administração Pública em sua relação com os administrados, seus agentes públicos, organização interna e na prestação de seus serviços públicos, encontram-se esparsas no ordenamento jurídico pátrio, onde a principal fonte normativa é a Constituição Federal.

O regime jurídico brasileiro possui dois princípios justificadores das prerrogativas e restrições da Administração, sendo eles, o princípio da Supremacia do Interesse Público e o princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.

Sobre o tema em estudo, a jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que há diferenças relevantes entre o regime jurídico da Administração Pública e o regime jurídico administrativo.

Vejam os:

REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO
<ul style="list-style-type: none">– É um regime mais abrangente– Consiste nas regras e princípios de direito público e privado por meio dos quais, a Administração Pública pode se submeter em sua atuação	<ul style="list-style-type: none">– É um regime reservado para as relações jurídicas incidentes nas normas de direito público– O ente público assume uma posição privilegiada em relação ao particular

Princípios de Direito Administrativo

Os princípios de direito administrativo são regras que direcionam os atos da Administração Pública. Os princípios podem vir expressos na Constituição Federal, bem como também podem ser implícitos, ou seja, não estão listados na Constituição, porém, possuem a mesma forma normativa.

O artigo 37, *caput* da Constituição Federal de 1.988, predispõe acerca dos princípios administrativos dispondo que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Entretanto, é importante ressaltar que o rol de princípios constitucionais do Direito Administrativo não se exaure no art. 37, *caput* da CFB/988, sendo estes, os já mencionados princípios implícitos.

Princípios Expressos

São os seguintes: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Vejam os em apartado, cada um deles:

Legalidade

Por meio do princípio da legalidade, a Administração Pública só pode atuar conforme a lei, tendo em vista que todas as suas atividades se encontram subordinadas à legislação.

Ressalta-se que de modo diverso da Legalidade na seara civil, onde o que não está proibido está permitido, nos termos do art.5º, II, CFB/88, na Legalidade Administrativa, o administrado poderá atuar somente com prévia autorização legal, haja vista que não havendo autorização legal, não poderá a Administração agir.

Desse modo, a Administração Pública só pode praticar condutas que são autorizadas por lei. Todavia, caso aja fora dos parâmetros legais, é necessário que o ato administrativo seja anulado.

Além disso, é dever da Administração rever seus próprios atos, e tal incumbência possui amparo no Princípio da autotutela. Desse modo, a revisão dos atos que pratica, não depende de autorização ou de controle externo, tendo em vista que a própria Administração poderá fazê-lo por meio de revogação ou anulação. Vejam os:

a) Revogação: trata-se de vício de mérito por conveniência e oportunidade e alcança apenas os atos discricionários.

b) Anulação: trata-se de vício de legalidade e alcança todos os atos, sendo estes vinculados ou discricionários.

Sobre o assunto, determina a Súmula 473 do STF:

– **Súmula 473- STF** - “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

Assim sendo, destaca-se que o Poder Judiciário só possui o condão de intervir em possíveis vícios de legalidade, mas não de mérito. Além disso, não existe na legislação administrativa, prazo para a revogação de atos. Todavia, de acordo com o art. 54 da Lei nº 9784/99, o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé. Entretanto, caso o ato nulo tenha sido praticado mediante o uso de má-fé, não haverá prazo para sua anulação.

Impessoalidade

Por meio da impessoalidade, deverá a Administração Pública agir objetivamente em favor da coletividade.

Salienta-se que os atos de pessoalidade são vedados, pois, o exercício da atividade administrativa é atribuição da Administração, haja vista a ela serem atribuídas todas as condutas dos agentes públicos.

São importantes aspectos do Princípio da Impessoalidade:

a) Não Discriminação: não importa a pessoa que o ato administrativo irá alcançar, pois, a atuação do Estado deve ser de forma pessoal com a fixação de critérios objetivos.

b) Agente Público: o Estado age em nome do agente. Assim, não poderão constar nas publicidades os nomes de administradores ou gestores, sendo que as propagandas devem ser informativas e educativas, pois, o ato estará sendo praticado pela Administração Pública. Tal entendimento possui liame com a Teoria da Imputação Volitiva, por meio da qual, a vontade do agente público é imputada ao Estado.

– **OBS. Importante:** De acordo com a jurista Maria Sylvia Zanella di Pietro, o princípio da impessoalidade é fundamento para fins de reconhecimento de validade dos atos praticados por “funcionário de fato”, que se trata daquele que não foi investido no cargo ou função pública de modo regular, tendo em vista que a conduta desse agente, que se encontra laborando de modo irregular na Administração Pública, é atribuída à pessoas jurídica na qual ele está inserido e, por esse motivo, tal vício será convalidado/corrigido.

Moralidade

Além da necessidade de as atividades da Administração estarem de acordo com a lei, é preciso que tais atuações sejam conduzidas com lealdade, ética e probidade, sendo que nesse caso, estará a moralidade se preocupando com a moralidade jurídica, e não a social.

A moralidade jurídica é concretizada através de mecanismos que o Estado cria para fiscalizar de modo mais eficaz as atividades de seus servidores. São exemplos: a Lei de Improbidade Administrativa e a Lei de Ação Popular.

Ressalta-se que antes da edição da Súmula Vinculante nº13 do STF, o nepotismo, que se trata da nomeação de parente para ocupar cargo de confiança, já havia sofrido reprimenda da Resolução nº 7 do CNJ – Conselho Nacional de Justiça.

Vejam os que determina a Súmula Vinculante nº 13 do STF:

– **Súmula Vinculante 13 STF:** “A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”.

Sabendo-se que a prática do nepotismo é Contrária à moralidade, impessoalidade e eficiência administrativas, tal prática foi recentemente condenada pela Súmula que reforça o caráter imoral e ilegítimo da nomeação de parentes para cargos em comissão, incluindo nesses casos, a modalidade cruzada ou

transversa. Como exemplo, podemos citar o parente de Marcela que foi nomeado no gabinete de João em troca da nomeação de um parente de João no gabinete de Marcela.

Todavia, a edição da Súmula Vinculante 13 do STF, teve seu impacto positivo enfraquecido por causa de duas ocorrências, sendo elas as seguintes:

a) Ao fazer referência explícita a parentes colaterais até o terceiro grau, a Súmula Vinculante acabou por legitimar a nomeação de primos; e

b) Foi afirmado pelo próprio STF que a proibição não se estende a agentes políticos do Poder Executivo, tais como os ministros de Estado e secretários estaduais, distritais e municipais, pois, no entendimento do STF, a súmula se aplica apenas a cargos comissionados.

Publicidade

É necessário que haja transparência no exercício das atividades exercidas pela Administração Pública. Via regra geral, os atos da Administração devem ser públicos. Contudo, há algumas exceções, como determinados interesses sociais, bem como as situações de foro íntimo.

Para que haja eficácia, é preciso que haja a publicidade dos atos administrativos, pois, com isso, haverá também, melhor controle das atividades administrativas pela própria sociedade.

Constitui exceção ao princípio da publicidade, o artigo 2º, Parágrafo Único, V da Lei nº 9784/99 que determina que a Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência, sendo que nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição.

Ademais, o artigo 5º, XXXIII da CFB/88 e o artigo 5º, X também da CFB, defendem que tais atos com caráter “sigiloso” devem ser compreendidos como exceções à regra geral do Princípio da Publicidade.

Vale ressaltar que de acordo com o artigo 5º, LXXII da CFB/88 e a Lei nº 9507/97, um dos principais remédios constitucionais que prevê a garantia do acesso às informações sobre a pessoa do impetrante, é o Habeas Data.

Por fim, é importante mencionar que a Súmula nº 6 do STF estabelece “desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração”. Logo, percebe-se que a intenção da Suprema Corte ao elaborar esta Súmula, foi a de preservar a intimidade.

Eficiência

O princípio da eficiência foi introduzido pela EC nº19/98, pois, antes, ele era considerado como princípio infraconstitucional.

Nesse sentido, deverá ser a atuação da Administração Pública pautada nos seguintes critérios:

- a) Rapidez;
- b) Dinamismo;
- c) Celeridade;
- d) Descongestionamento;
- e) Desburocratização;

- f) Perfeição;
- g) Completitude; e
- h) Satisfação;
- i) Rentabilidade ótima, máxima e com menor custo.

Sobre o tema, o STF já se posicionou no sentido de reforçar que o princípio da eficiência não depende de Lei para que seja regulamentado, sendo por isso, considerado como uma norma de eficácia plena.

Além disso, destaca-se que a Emenda Constitucional nº19/98 consagrou a transição da Administração Pública Burocrática para a Administração Pública Gerencial, com o objetivo de criar aproximação entre o Poder Público e a iniciativa privada. Vejamos no quadro abaixo, as distinções entre esses dois tipos de Administração:

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BUROCRÁTICA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL
<ul style="list-style-type: none"> – É direcionada ao controle de procedimentos e preocupa-se com os resultados em segundo plano; – Seu foco encontra-se nos controles administrativos; – Centralização, concentração e controle dos órgãos e entidades públicas. 	<ul style="list-style-type: none"> – É voltada para o controle de resultados e mantém as formalidades fundamentais à Administração Pública; – É focada no controle de resultados; – Reduz a atuação empresarial do Estado; – Trata de parcerias com entidades do terceiro setor para a prestação de atividades consideradas não essenciais; – Trata da capacitação de servidores e do controle de desempenho; – Cuida da descentralização, desconcentração e autonomia dos órgãos e entidades públicas.

— Outros Princípios Constitucionais Aplicáveis à Administração Pública

Princípio da Celeridade Processual

Previsto no artigo 5º LXXVIII da CFB/88, o princípio da celeridade processual assegura a toda a sociedade nas searas judicial e administrativa, a razoável duração do processo e os meios que garantam celeridade na sua tramitação.

Ressalta-se que o processo administrativo constitui uma sequência de atos que declinam-se à decisão final. Desta maneira, o rito deve sempre prosseguir com o objetivo de que haja conclusão célere de encerramento dos processos.

Salienta-se que a Lei Federal nº 9784/99 elenca importantes diretrizes que podem ser aplicadas aos processos administrativos federais em relação a celeridade. São elas:

- a) É dever da Administração emitir de forma clara, decisão nos processos administrativos, bem como responder acerca de solicitações ou reclamações e sobre matérias que sejam de sua competência;

b) Após a conclusão da instrução de processo administrativo, o prazo para Administração decidir é de até 30 dias, exceto se houver prorrogação expressamente motivada, razão pela qual, acrescentar-se-á igual período;

c) Não fixando a lei prazo diferente, será o recurso administrativo decidido no prazo de 30 dias;

d) Salvo disposição legal diversa, o processo administrativo deverá tramitar por no máximo três instâncias administrativas.

Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa

De acordo com os fundamentos contidos no artigo 5º, LV da CFB/88, em decorrência do princípio do contraditório, as decisões administrativas devem ser tomadas levando em consideração a manifestação das partes interessadas.

Para tal, é imprescindível que seja dada oportunidade para que as partes prejudicadas pela decisão sejam ouvidas antes do resultado final do processo.

Ressalta-se que o princípio da ampla defesa possibilita aos litigantes, tanto em processo judicial quanto administrativo, a utilização dos meios cabíveis de prova, dos recursos e dos instrumentos necessários para defesa de seus interesses diante do Judiciário e também da Administração Pública.

Acerca dos princípios do contraditório e da ampla defesa, dispõe a Súmula Vinculante 33 do Supremo Tribunal Federal:

– **Súmula 33 STF:** “Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão”.

Princípio de devido processo legal formal e material

Nos ditames do artigo 5º, LIV da CFB/88, a privação de liberdade ou de bens só poderá ser aplicada após o devido processo legal.

O devido processo legal pode ser classificado da seguinte forma:

a) Devido processo legal formal: trata-se do parâmetro que exige o cumprimento de um rito que já esteja definido por lei para que a decisão tenha validade;

b) Devido processo legal material ou substantivo: a decisão final deve ser justa, adequada e respeitar o rito. Desse modo, o devido processo legal material ou substantivo possui o mesmo conteúdo do princípio da proporcionalidade. Além disso, é importante destacar que nos processos administrativos, é buscada a verdade real dos fatos, não valendo desta forma, somente a verdade formal baseada na prova produzida nos autos.

Por fim, denota-se que são diferenças primordiais entre o processo administrativo e do processo judicial:

PROCESSO ADMINISTRATIVO	PROCESSO JUDICIAL
<ul style="list-style-type: none"> – Até 3 instâncias – Faz coisa julgada administrativa – Princípio da oficialidade – permissão da <i>reformatio in pejus</i> – Não há necessidade de atuação de advogado – É permissionário da prova emprestada (verdade real) 	<ul style="list-style-type: none"> – Em regra, são 3 graus de jurisdição – Faz coisa julgada judicial – Princípio da inércia da jurisdição – Há necessidade da atuação de advogado – É permissionário da prova emprestada (verdade formal)

– Princípios Implícitos

Princípio da Autotutela da Administração Pública

Possui o condão de controlar sua própria atuação, podendo, desta forma, corrigir seus próprios atos quando tais atos estiverem dotados de ilegalidade.

Sobre o assunto, dispõe a Súmula 346 do STF:

– **Súmula 346 - STF:** “A Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos”.

Além disso, poderá a Administração invalidar seus próprios atos a partir do momento em que estes contenham ilegalidade, porque deles não se originam direitos, podendo também revogar atos por motivos de conveniência e oportunidade. É o determina a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal. Vejamos:

– **Súmula 473 - STF:** “A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.

Ademais, vale pontuar que de acordo com o art. 5 da Lei nº 9.784/1999, deverá a Administração anular seus próprios atos, quando estes se encontrarem eivados de vícios de legalidade, podendo revogá-los por motivos de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, sendo que nos parâmetros do princípio da legalidade, o prazo para a Administração Pública anular seus atos é de 05 anos.

Princípio da Continuidade

Esse princípio define que a atuação administrativa deve ser ininterrupta.

Aliado a esse importante princípio, o STF adotou por meio do Recurso Extraordinário nº 693.456, o entendimento de que o exercício do direito de greve por parte do servidor público pode realizar o corte do salário, que por sua vez, poderá ser substituído por compensação das horas paradas pelo servidor. Porém, em se tratando de greve provocada por ato ilícito da Administração Pública, tal corte de salário não poderá ocorrer e a Administração deverá ressarcir os prejuízos caso estes existam e sejam verificados.

– **OBS. Importante:** De acordo com o disposto no artigo 142, §3º, IV da Constituição Federal de 1.988, em hipótese alguma, poderá o servidor militar entrar em greve ou se sindicalizar.

Princípio da Razoabilidade ou da Proporcionalidade Ampla
Por meio desse princípio, as medidas adotadas pela Administração devem se apresentar das seguintes maneiras:

MEDIDAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
ADEQUADAS	Seu dever é lograr com sucesso a realização da finalidade.
NECESSÁRIAS	A Administração deverá optar pela forma que restrinja menos ao direito do administrado.
PROPORCIONAIS	A Administração Pública deverá promover equilíbrio entre vantagens e desvantagens, entre o meio e o fim, fazendo com que haja mais vantagens que desvantagens, sob pena de ausência de proporcionalidade do ato.

Princípio da Motivação Obrigatória

Esse princípio obriga a Administração Pública a indicar os pressupostos de fato e de direito que determinaram a prática do ato.

Desta maneira, infere-se que a validade do ato administrativo se encontra condicionada à apresentação de forma escrita dos fundamentos fáticos e jurídicos justificadores da decisão que foi adotada.

Tal fundamentação se refere a um mecanismo de controle sobre a legalidade e legitimidade das decisões tomadas pela Administração Pública.

A obrigação de motivação dos atos da Administração Pública possui fundamento em vários dispositivos normativos, dentre eles, podemos citar como exemplos, os insertos no artigo 93, X da Constituição Federal e no artigo 50 da Lei nº 9784/99.

Contudo, existem atos que dispensam a motivação escrita, como exemplo, podemos citar a motivação evidente nos atos de gesticulação executados por policial na disciplina do trânsito, bem como a motivação inviável demonstrada em sinais de trânsito emitidos por semáforos.

Ressalta-se que a motivação deve ser apresentada de modo concomitante, ou no instante seguinte à prática do ato.

Há ainda, a motivação aliunde, que se trata daquela indicada fora do ato, e que se constitui em concordância com fundamentos de pareceres anteriores, informações, decisões ou propostas. Como exemplo de motivação aliunde, podemos citar aquela realizada pelas infrações de trânsito, onde existe em padrão único de motivação para cada tipo de espécie de infração cometida e que nesse caso, não existe necessidade de motivação personalizada para cada agente que cometer o ato infracional.

Princípio da Presunção de Legitimidade

Por meio desse princípio, devido à prática exclusiva com a finalidade de aplicação da lei, os atos administrativos acabam por se beneficiar da legitimação democrática conferida pelo processo legislativo.

Desse modo, os atos administrativos recebem proteção de determinada presunção relativa de modo a demonstrar que sua prática ocorreu em conformidade com o ordenamento jurídico. Por

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

NOÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL: FUNDAMENTOS E OPERAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES, ARQUIVOS, PASTAS E PROGRAMAS

SISTEMAS OPERACIONAIS

Um sistema operacional (SO) é um software fundamental que gerencia o hardware e software de um computador, permitindo que os diferentes programas funcionem corretamente. Ele serve como uma interface entre os usuários e o hardware do computador, garantindo que os recursos do sistema, como processador, memória, dispositivos de armazenamento e periféricos, sejam utilizados de maneira eficiente e segura.

Principais Funções

– Gerenciamento de Processos: O SO gerencia a execução dos processos, incluindo a alocação de recursos do sistema e a coordenação entre processos concorrentes. Ele assegura que cada processo receba tempo suficiente de CPU para executar suas tarefas.

– Gerenciamento de Memória: O SO controla o uso da memória principal (RAM), assegurando que cada programa em execução tenha o espaço necessário e que não haja conflitos ou falhas de acesso.

– Gerenciamento de Dispositivos: O SO controla os dispositivos de entrada e saída, como discos rígidos, impressoras, teclados e mouses, facilitando a comunicação entre esses dispositivos e os programas de aplicação.

– Gerenciamento de Arquivos: O SO organiza e gerencia os dados em discos rígidos e outros dispositivos de armazenamento, permitindo que os usuários criem, leiam, atualizem e apaguem arquivos de maneira eficiente.

– Segurança e Proteção: O SO protege os dados e os recursos do sistema contra acessos não autorizados e ameaças, implementando mecanismos de autenticação e controle de acesso.

Exemplos de Sistemas Operacionais

– Windows: Desenvolvido pela Microsoft, é amplamente utilizado em computadores pessoais e empresariais.

– macOS: Desenvolvido pela Apple, utilizado exclusivamente em computadores Mac.

– Linux: Um sistema operacional de código aberto, usado em servidores, computadores pessoais e dispositivos embarcados.

– Android: Um sistema operacional móvel baseado em Linux, amplamente utilizado em smartphones e tablets.

– iOS: Desenvolvido pela Apple para dispositivos móveis, como iPhones e iPads.

ORGANIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES, ARQUIVOS, PASTAS E PROGRAMAS

Pasta

São estruturas que dividem o disco em várias partes de tamanhos variados as quais podem armazenar arquivos e outras pastas (subpastas)¹.



Arquivo

É a representação de dados/informações no computador os quais ficam dentro das pastas e possuem uma extensão que identifica o tipo de dado que ele representa.

Extensões de arquivos

EXTENSÃO	TIPO
.jpg, .jpeg, .png, .bpm, .gif, ...	Imagem
.xls, .xlsx, .xslm, ...	Planilha
.doc, .docx, .docm, ...	Texto formatado
.txt	Texto sem formatação
.mp3, .wma, .aac, .wav, ...	Áudio
.mp4, .avi, .rmvb, .mov, ...	Vídeo
.zip, .rar, .7z, ...	Compactadores
.ppt, .pptx, .pptm, ...	Apresentação
.exe	Executável
.msi, ...	Instalador

Existem vários tipos de arquivos como arquivos de textos, arquivos de som, imagem, planilhas, etc. Alguns arquivos são universais podendo ser aberto em qualquer sistema. Mas temos outros que dependem de um programa específico como os arquivos do Corel Draw que necessita o programa para visualizar. Nós identificamos um arquivo através de sua extensão. A extensão são aquelas letras que ficam no final do nome do arquivo.

¹ <https://docente.ifrn.edu.br/elieziosoares/disciplinas/informatica/aula-05-manipulacao-de-arquivos-e-pastas>

Exemplos:

.txt: arquivo de texto sem formatação.

.html: texto da internet.

.rtf: arquivo do WordPad.

.doc e .docx: arquivo do editor de texto Word com formatação.

É possível alterar vários tipos de arquivos, como um documento do Word (.docx) para o PDF (.pdf) como para o editor de texto do LibreOffice (.odt). Mas atenção, tem algumas extensões que não são possíveis e caso você tente poderá deixar o arquivo inutilizável.

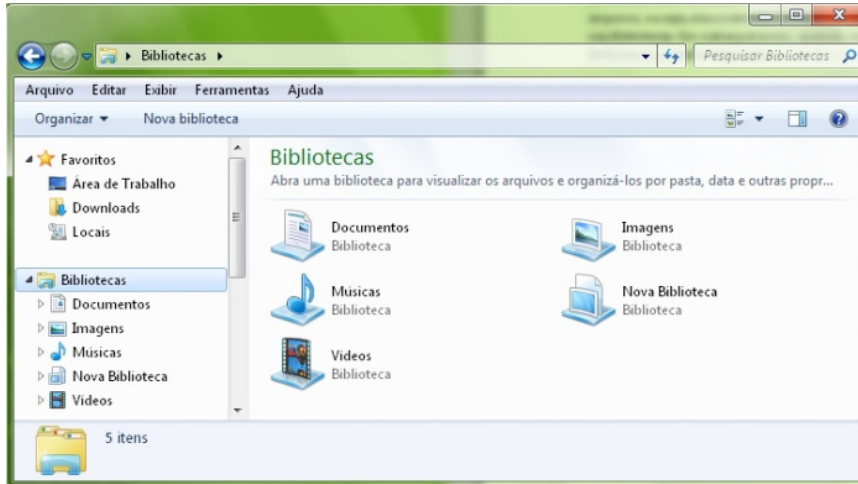
Nomenclatura dos arquivos e pastas

Os arquivos e pastas devem ter um nome o qual é dado no momento da criação. Os nomes podem conter até 255 caracteres (letras, números, espaço em branco, símbolos), com exceção de / \ | > < * : " que são reservados pelo sistema operacional.

Bibliotecas

Criadas para facilitar o gerenciamento de arquivos e pastas, são um local virtual que agregam conteúdo de múltiplos locais em um só. Estão divididas inicialmente em 4 categorias:

- Documentos;
- Imagens;
- Músicas;
- Vídeos.



Windows Explorer

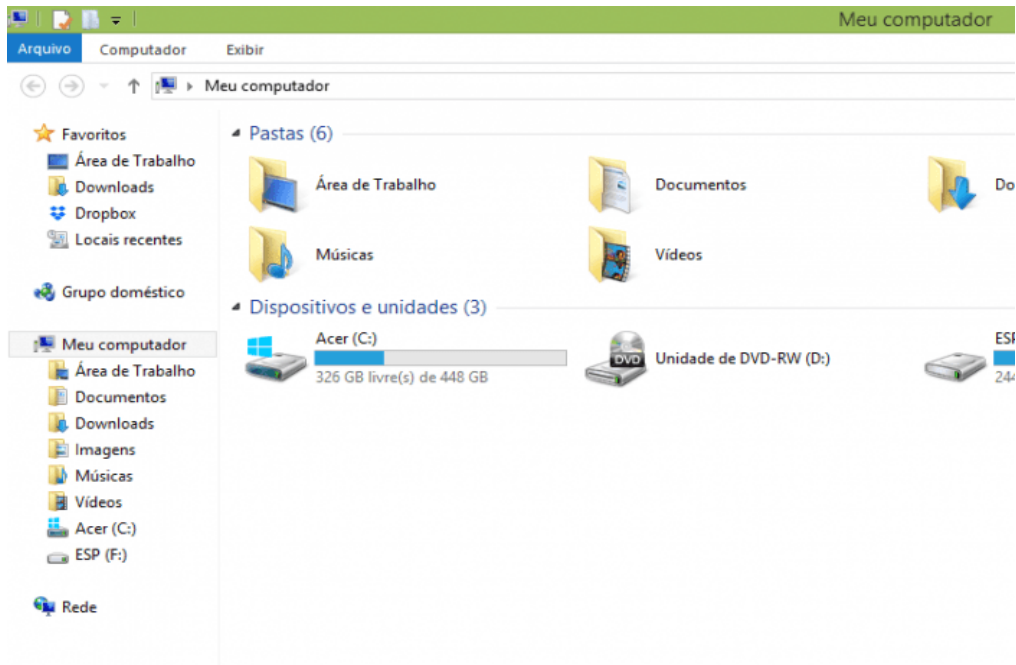
O Windows Explorer é um gerenciador de informações, arquivos, pastas e programas do sistema operacional Windows da Microsoft². Todo e qualquer arquivo que esteja gravado no seu computador e toda pasta que exista nele pode ser vista pelo Windows Explorer. Possui uma interface fácil e intuitiva.

Na versão em português ele é chamado de Gerenciador de arquivo ou Explorador de arquivos.

O seu arquivo é chamado de Explorer.exe

Normalmente você o encontra na barra de tarefas ou no botão Iniciar > Programas > Acessórios.

² <https://centraldefavoritos.com.br/2019/06/05/conceitos-de-organizacao-e-de-gerenciamento-de-informacoes-arquivos-pastas-e-programas/>



Na parte de cima do Windows Explorer você terá acesso a muitas funções de gerenciamento como criar pastas, excluir, renomear, excluir históricos, ter acesso ao prompt de comando entre outras funcionalidades que aparecem sempre que você selecionar algum arquivo. A coluna do lado esquerdo te dá acesso direto para tudo que você quer encontrar no computador. As pastas mais utilizadas são as de Download, documentos e imagens.

Operações básicas com arquivos do Windows Explorer

- **Criar pasta:** clicar no local que quer criar a pasta e clicar com o botão direito do mouse e ir em novo > criar pasta e nomear ela. Você pode criar uma pasta dentro de outra pasta para organizar melhor seus arquivos. Caso você queira salvar dentro de uma mesma pasta um arquivo com o mesmo nome, só será possível se tiver extensão diferente. Ex.: maravilha.png e maravilha.doc

Independente de uma pasta estar vazia ou não, ela permanecerá no sistema mesmo que o computador seja reiniciado

- **Copiar:** selecione o arquivo com o mouse e clique Ctrl + C e vá para a pasta que quer colar a cópia e clique Ctrl +V. Pode também clicar com o botão direito do mouse selecionar copiar e ir para o local que quer copiar e clicar novamente como o botão direito do mouse e selecionar colar.

- **Excluir:** pode selecionar o arquivo e apertar a tecla delete ou clicar no botão direito do mouse e selecionar excluir

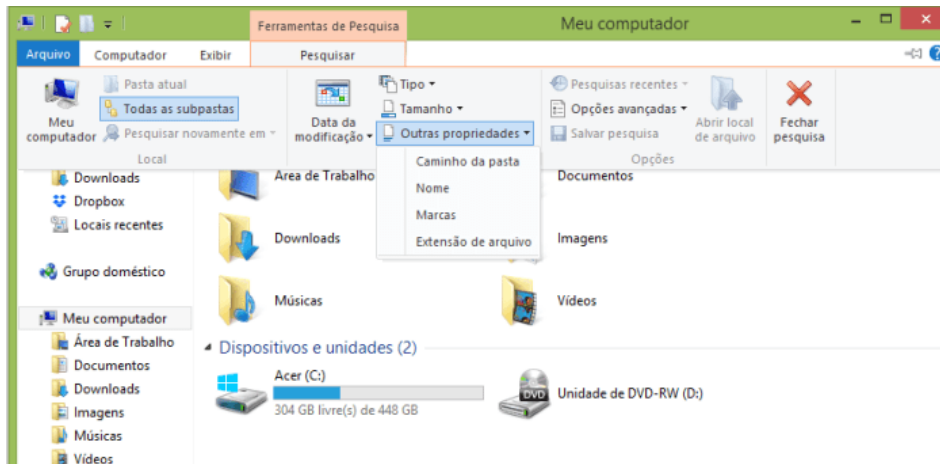
- **Organizar:** você pode organizar do jeito que quiser como, por exemplo, ícones grandes, ícones pequenos, listas, conteúdos, lista com detalhes. Estas funções estão na barra de cima em exibir ou na mesma barra do lado direito.

- **Movimentar:** você pode movimentar arquivos e pastas clicando Ctrl + X no arquivo ou pasta e ir para onde você quer colar o arquivo e Clicar Ctrl + V ou clicar com o botão direito do mouse e selecionar recortar e ir para o local de destino e clicar novamente no botão direito do mouse e selecionar colar.

Localizando Arquivos e Pastas

No Windows Explorer tem duas:

Tem uma barra de pesquisa acima na qual você digita o arquivo ou pasta que procura ou na mesma barra tem uma opção de Pesquisar. Clicando nesta opção terão mais opções para você refinar a sua busca.



Arquivos ocultos

São arquivos que normalmente são relacionados ao sistema. Eles ficam ocultos (invisíveis) por que se o usuário fizer alguma alteração, poderá danificar o Sistema Operacional.

Apesar de estarem ocultos e não serem exibido pelo Windows Explorer na sua configuração padrão, eles ocupam espaço no disco.

ARQUITETURA DE COMPUTADORES

HARDWARE

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.³. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

- **Gabinete**

Também conhecido como torre ou caixa, é a estrutura que abriga os componentes principais de um computador, como a placa-mãe, processador, memória RAM, e outros dispositivos internos. Serve para proteger e organizar esses componentes, além de facilitar a ventilação.



Gabinete

3 <https://www.palpitedigital.com/principais-componentes-internos-pc-periféricos-hardware-software/#:~:text=O%20hardware%20s%C3%A3o%20as%20partes,%2C%20scanners%2C%20c%C3%A2meras%2C%20etc.>

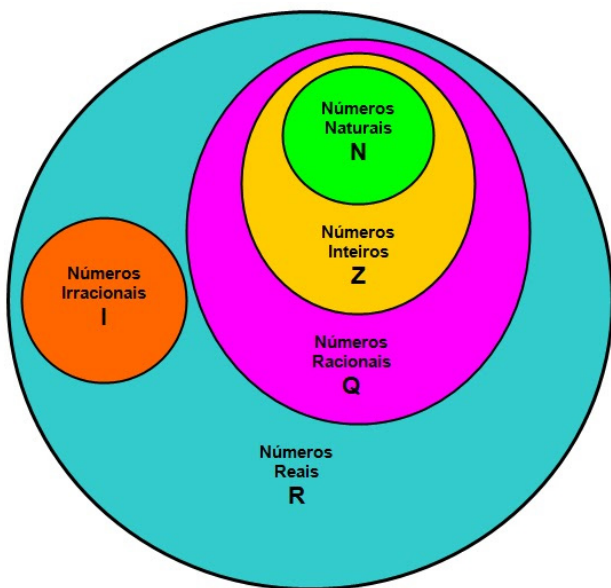
MATEMÁTICA

CONJUNTOS NUMÉRICOS: NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS E RACIONAIS. OPERAÇÕES FUNDAMENTAIS: ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves {}. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo: $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.



CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

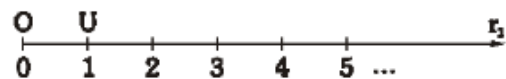
O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

$N^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $N^* = N - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

$N_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais pares.

$N_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais ímpares.

$P = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



$$N = \{0; 1; 2; 3; 4; 5; 6; \dots\}$$

Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição de Números Naturais

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração de Números Naturais

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação de Números Naturais

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto. - 3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes: $3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15$. Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ".", para indicar a multiplicação).

Divisão de Números Naturais

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro

número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural, e, nesses casos, a divisão não é exata.

Princípios fundamentais em uma divisão de números naturais

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. $45 : 9 = 5$
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. $45 = 5 \times 9$
- A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q , então poderíamos escrever: $n \div 0 = q$ e isto significaria que: $n = 0 \times q = 0$ o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação dos números Naturais

Para todo a, b e c em \mathbb{N}

- 1) Associativa da adição: $(a + b) + c = a + (b + c)$
- 2) Comutativa da adição: $a + b = b + a$
- 3) Elemento neutro da adição: $a + 0 = a$
- 4) Associativa da multiplicação: $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$
- 5) Comutativa da multiplicação: $a \cdot b = b \cdot a$
- 6) Elemento neutro da multiplicação: $a \cdot 1 = a$
- 7) Distributiva da multiplicação relativamente à adição: $a \cdot (b + c) = ab + ac$
- 8) Distributiva da multiplicação relativamente à subtração: $a \cdot (b - c) = ab - ac$
- 9) Fechamento: tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplos:

1) Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema.

Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.
- (B) 3 828.
- (C) 4 093.
- (D) 4 167.
- (E) 4 256.

Solução: **Resposta: D.**

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6):

$$5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2.$$

Isto significa que saíram 833. 5 = 4165 calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão.

Assim, são 4167 calendários perfeitos.

2) João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1ª Zona Eleitoral	2ª Zona Eleitoral
João	1750	2245
Maria	850	2320
Nulos	150	217
Branco	18	25
Abstenções	183	175

- (A) 3995
- (B) 7165
- (C) 7532
- (D) 7575
- (E) 7933

Solução: **Resposta: E.**

Vamos somar a 1ª Zona: $1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951$

2ª Zona: $2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982$

Somando os dois: $2951 + 4982 = 7933$

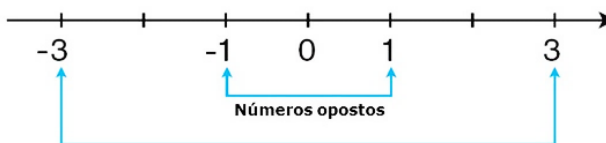
CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS (Z)

O conjunto dos números inteiros é denotado pela letra maiúscula Z e compreende os números inteiros negativos, positivos e o zero.

$$Z = \{ \dots, -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, \dots \}$$



$$Z = \{ \dots, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, \dots \}$$



$$\mathbb{N} \subset \mathbb{Z}$$

O conjunto dos números inteiros também possui alguns subconjuntos:

$Z_+ = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$: conjunto dos números inteiros não negativos.

$Z_- = \{\dots, -4, -3, -2, -1, 0\}$: conjunto dos números inteiros não positivos.

$Z^*_+ = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$: conjunto dos números inteiros não negativos e não nulos, ou seja, sem o zero.

$Z^*_- = \{\dots, -4, -3, -2, -1\}$: conjunto dos números inteiros não positivos e não nulos.

Módulo

O módulo de um número inteiro é a distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Ele é representado pelo símbolo $| |$.

O módulo de 0 é 0 e indica-se $|0| = 0$

O módulo de +6 é 6 e indica-se $|+6| = 6$

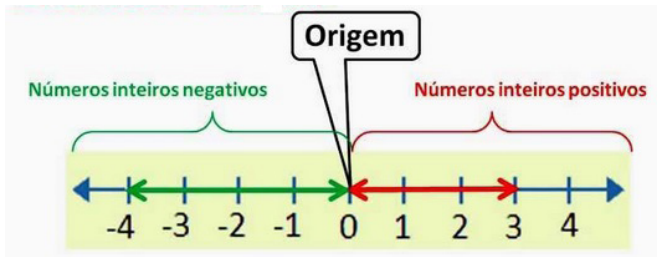
O módulo de -3 é 3 e indica-se $|-3| = 3$

O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.

Números Opostos

Dois números inteiros são considerados opostos quando sua soma resulta em zero; dessa forma, os pontos que os representam na reta numérica estão equidistantes da origem.

Exemplo: o oposto do número 4 é -4, e o oposto de -4 é 4, pois $4 + (-4) = (-4) + 4 = 0$. Em termos gerais, o oposto, ou simétrico, de "a" é "-a", e vice-versa; notavelmente, o oposto de zero é o próprio zero.



— Operações com Números Inteiros

Adição de Números Inteiros

Para facilitar a compreensão dessa operação, associamos a ideia de ganhar aos números inteiros positivos e a ideia de perder aos números inteiros negativos.

Ganhar 3 + ganhar 5 = ganhar 8 ($3 + 5 = 8$)

Perder 4 + perder 3 = perder 7 ($-4 + (-3) = -7$)

Ganhar 5 + perder 3 = ganhar 2 ($5 + (-3) = 2$)

Perder 5 + ganhar 3 = perder 2 ($-5 + 3 = -2$)

Observação: O sinal (+) antes do número positivo pode ser omitido, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

Subtração de Números Inteiros

A subtração é utilizada nos seguintes casos:

- Ao retirarmos uma quantidade de outra quantidade;
- Quando temos duas quantidades e queremos saber a diferença entre elas;
- Quando temos duas quantidades e desejamos saber quanto falta para que uma delas atinja a outra.

A subtração é a operação inversa da adição. Concluímos que subtrair dois números inteiros é equivalente a adicionar o primeiro com o oposto do segundo.

Observação: todos os parênteses, colchetes, chaves, números, etc., precedidos de sinal negativo têm seu sinal invertido, ou seja, representam o seu oposto.

Multiplicação de Números Inteiros

A multiplicação funciona como uma forma simplificada de adição quando os números são repetidos. Podemos entender essa situação como ganhar repetidamente uma determinada quantidade. Por exemplo, ganhar 1 objeto 15 vezes consecutivas significa ganhar 30 objetos, e essa repetição pode ser indicada pelo símbolo "x", ou seja: $1 + 1 + 1 + \dots + 1 = 15 \times 1 = 15$.

Se substituirmos o número 1 pelo número 2, obtemos: $2 + 2 + 2 + \dots + 2 = 15 \times 2 = 30$

Na multiplicação, o produto dos números "a" e "b" pode ser indicado por $a \times b$, $a \cdot b$ ou ainda ab sem nenhum sinal entre as letras.

Divisão de Números Inteiros



Divisão exata de números inteiros

Considere o cálculo: $-15/3 = q$ à $3q = -15$ à $q = -5$

No exemplo dado, podemos concluir que, para realizar a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro (diferente de zero), dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

No conjunto dos números inteiros Z , a divisão não é comutativa, não é associativa, e não possui a propriedade da existência do elemento neutro. Além disso, não é possível realizar a divisão por zero. Quando dividimos zero por qualquer número inteiro (diferente de zero), o resultado é sempre zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

Regra de sinais

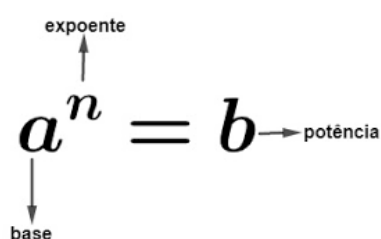
MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO

$+$	\times	$+$	$=$	$+$	$+$	\div	$+$	$=$	$+$
$-$	\times	$-$	$=$	$+$	$-$	\div	$-$	$=$	$+$
$-$	\times	$+$	$=$	$-$	$-$	\div	$+$	$=$	$-$
$+$	\times	$-$	$=$	$-$	$+$	\div	$-$	$=$	$-$

Potenciação de Números Inteiros

A potência a^n do número inteiro a , é definida como um produto de n fatores iguais. O número a é denominado a base e o número n é o expoente.

$a^n = a \times a \times a \times a \times \dots \times a$, ou seja, a é multiplicado por a n vezes.



- Qualquer potência com uma base positiva resulta em um número inteiro positivo.
- Se a base da potência é negativa e o expoente é par, então o resultado é um número inteiro positivo.
- Se a base da potência é negativa e o expoente é ímpar, então o resultado é um número inteiro negativo.

POTENCIAÇÃO

@canalda

AS PROPRIEDADES BÁSICAS DA POTENCIAÇÃO SÃO:

1.	$a^m \cdot a^n = a^{m+n}$	Exemplo: $2^3 \cdot 2^2 = 2^5$
2.	$a^m : a^n = a^{m-n}$	Exemplo: $3^4 : 3^2 = 3^2$
3.	$(a^m)^n = a^{m \cdot n}$	Exemplo: $(2^3)^2 = 2^6$
4.	$(a \cdot b)^n = a^n \cdot b^n$	Exemplo: $(2 \cdot 4)^2 = 2^2 \cdot 4^2$
5.	$\left(\frac{a}{b}\right)^n = \frac{a^n}{b^n}$	Exemplo: $\left(\frac{3}{7}\right)^2 = \frac{3^2}{7^2}$
6.	$a^0 = 1$	
7.	$a^1 = a$	
8.	$a^{-n} = \left(\frac{1}{a}\right)^n$	Exemplo: $2^{-2} = \left(\frac{1}{2}\right)^2$
9.	$a^{\frac{1}{n}} = \sqrt[n]{a}$	Exemplo: $3^{\frac{1}{2}} = \sqrt{3}$

CONHECIMENTOS SOBRE O MUNICÍPIO

HISTÓRIA DE PACATUBA

— As Primeiras Ocupações e a Presença Indígena em Pacatuba

Pacatuba, assim como muitas outras regiões do Ceará, tem suas raízes históricas profundamente entrelaçadas com a presença dos povos indígenas, que habitaram a área muito antes da chegada dos colonizadores portugueses.

A região, rica em recursos naturais, era habitada principalmente pelos índios Potiguaras, grupo indígena predominante em boa parte do Nordeste brasileiro. A presença desses povos marcou o início da ocupação humana no território, com sua cultura, modo de vida e relação harmoniosa com a natureza desempenhando um papel crucial na ocupação inicial da região.

A Importância Geográfica da Serra da Aratanha

A Serra da Aratanha é um dos principais marcos geográficos de Pacatuba e teve grande importância para os povos indígenas da região. Para os Potiguaras e outros grupos que ali viviam, a serra servia não apenas como um abrigo natural, mas também como uma fonte de recursos essenciais para a subsistência. A densa vegetação da serra fornecia alimentos, como frutas e raízes, além de animais para caça. A água, vinda das nascentes e pequenos riachos que correm a serra, também era fundamental para a sobrevivência desses povos.

A vida dos indígenas na região era organizada em torno de suas aldeias, que funcionavam como unidades sociais autossuficientes. Nessas aldeias, os Potiguaras praticavam atividades de subsistência, como a caça, a pesca e a agricultura rudimentar, plantando principalmente mandioca, milho e batata-doce. A relação dos povos indígenas com a terra era baseada no uso sustentável dos recursos naturais, o que lhes permitia viver de forma equilibrada com o meio ambiente ao longo de muitas gerações.

Os Primeiros Contatos com os Colonizadores

Com o avanço da colonização no Ceará no final do século XVI e início do século XVII, começaram os primeiros contatos – muitas vezes conflituosos – entre os povos indígenas e os colonizadores europeus. A expansão das capitânicas hereditárias e a concessão de sesmarias para a exploração da terra intensificaram a pressão sobre as terras indígenas. A partir de então, os Potiguaras, assim como outros grupos indígenas, passaram a ser deslocados de suas terras tradicionais, principalmente para dar lugar ao estabelecimento de fazendas e vilarejos pelos colonos.

Os conflitos entre indígenas e colonizadores tornaram-se frequentes. A resistência dos Potiguaras foi significativa, uma vez que a chegada dos portugueses representava uma ameaça direta ao seu modo de vida e ao controle de suas terras. Durante décadas, os indígenas tentaram resistir à ocupação europeia, realizando ataques

às fazendas e vilarejos recém-formados, utilizando o conhecimento que tinham do terreno, especialmente das áreas de mata e serra, como vantagem estratégica.

A Imposição do Sistema de Sesmarias

O sistema de sesmarias, adotado pela Coroa Portuguesa, foi um dos principais mecanismos de ocupação e apropriação de terras no Brasil colonial. No Ceará, esse sistema permitiu que grandes extensões de terra fossem concedidas a particulares, que tinham a responsabilidade de colonizá-las e torná-las produtivas. No entanto, para que essas áreas fossem ocupadas, era necessário desalojar os povos indígenas que já viviam ali, o que resultou em um processo sistemático de expulsão e, em muitos casos, extermínio das populações nativas.

Em Pacatuba, a implementação desse sistema levou ao surgimento das primeiras fazendas e aldeamentos. Muitos dos indígenas que conseguiram sobreviver à violência das batalhas e à invasão de suas terras foram integrados de maneira forçada à sociedade colonial, como mão de obra escrava ou como trabalhadores em aldeamentos administrados por missionários jesuítas.

Os Aldeamentos e a Catequese

Com a intensificação da colonização e a dificuldade de subjugar totalmente os indígenas pela força, a catequese passou a ser utilizada como uma forma de controle social e cultural. Os missionários jesuítas, enviados pela Coroa Portuguesa, tinham o objetivo de converter os indígenas ao cristianismo, ao mesmo tempo em que os introduziam à cultura europeia e ao sistema econômico colonial.

Na região de Pacatuba, assim como em outras partes do Ceará, os jesuítas desempenharam um papel central no processo de pacificação dos índios Potiguaras. Aldeamentos foram criados com a finalidade de agrupar os indígenas em núcleos onde pudessem ser doutrinados e, ao mesmo tempo, controlados. Esses aldeamentos, embora tivessem como objetivo declarado a proteção dos indígenas, muitas vezes funcionavam como locais de exploração da mão de obra nativa.

O Declínio da População Indígena

Com o passar dos séculos, a população indígena na região de Pacatuba foi drasticamente reduzida. Os principais fatores para esse declínio foram os conflitos violentos com os colonos, as doenças trazidas pelos europeus (como a varíola, que devastou populações inteiras) e a integração forçada à sociedade colonial. Ao final do século XVIII, muitos dos povos indígenas originários haviam sido praticamente exterminados ou assimilados culturalmente.

Apesar desse processo, a herança indígena permanece viva em Pacatuba. A influência dos povos Potiguaras pode ser observada em vários aspectos da cultura local, desde os costumes e tradições até a forma como a população se relaciona com o meio ambiente. A

Serra da Aratanha, que outrora foi refúgio e fonte de vida para os povos nativos, ainda hoje se destaca como um símbolo da resistência e da história indígena na região.

A história das primeiras ocupações e da presença indígena em Pacatuba é fundamental para compreender as transformações pelas quais a região passou ao longo dos séculos. A chegada dos colonizadores, o confronto entre culturas e o sistema de sesmarias modificaram profundamente a configuração social e econômica da área. No entanto, a memória dos povos indígenas, especialmente dos Potiguaras, continua a ser uma parte essencial da identidade local, lembrando a todos da importância de reconhecer e preservar essa rica herança cultural.

— Fundação e Crescimento do Povoado de Pacatuba

A história de Pacatuba como núcleo urbano remonta ao período colonial, quando o território, antes habitado por povos indígenas, começou a ser explorado pelos colonizadores portugueses. A fundação do povoado e o subsequente desenvolvimento de Pacatuba estão diretamente ligados aos processos de colonização e concessão de sesmarias no Ceará, bem como ao papel econômico e estratégico da região ao longo dos séculos XVIII e XIX. A localização privilegiada, próxima à Serra da Aratanha, além da fertilidade do solo para a agricultura, foram fatores determinantes para o crescimento inicial do povoado.

As Sesmarias e o Início da Colonização

No final do século XVII e início do XVIII, a Coroa Portuguesa intensificou a concessão de sesmarias na Capitania do Ceará, com o objetivo de promover a ocupação e o desenvolvimento das áreas mais afastadas do litoral. As sesmarias eram grandes lotes de terra concedidos a particulares que tinham a obrigação de cultivá-las e torná-las produtivas. Esse sistema foi amplamente utilizado em todo o território brasileiro como forma de ocupação efetiva e de expansão do domínio português sobre as terras coloniais.

Na região onde hoje se encontra Pacatuba, as primeiras concessões de sesmarias resultaram na criação de grandes fazendas voltadas para a pecuária e, posteriormente, para o cultivo de algodão e outros gêneros agrícolas. Essas atividades foram essenciais para o surgimento de pequenos núcleos de povoamento ao redor das propriedades rurais. Os colonos que se estabeleciam na região precisavam de mão de obra, seja indígena ou escrava, o que levou ao aumento da população e ao desenvolvimento econômico do local.

Formação do Povoado de Pacatuba

A fundação do povoado de Pacatuba está diretamente relacionada à expansão das atividades agrícolas e à necessidade de criar centros de apoio logístico para os colonos que habitavam a região. No início do século XVIII, formou-se um pequeno núcleo populacional em torno das grandes fazendas, onde viviam não apenas os proprietários de terra, mas também trabalhadores, escravos e outros agentes ligados às atividades econômicas locais.

O nome Pacatuba deriva de termos da língua indígena tupi, significando algo como “ajuntamento de casas” ou “lugar tranquilo”. Esse nome reflete a característica inicial do povoado, que era um local pacato e de convivência relativamente harmônica, formado por pequenas habitações e estruturas rudimentares. A localização do povoado, próximo à Serra da Aratanha, conferia proteção natural e condições propícias ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária.

Além disso, a proximidade com Fortaleza, a capital da Capitania do Ceará, foi outro fator que contribuiu para o crescimento do povoado. A vila de Pacatuba situava-se em uma rota estratégica entre a capital e o sertão, o que facilitava o escoamento de produtos agrícolas e o comércio com outras regiões. Esse papel de ponto de passagem fez com que a vila adquirisse relevância econômica e atraísse novos moradores.

O Crescimento Econômico e Social

A partir da segunda metade do século XVIII, o povoado de Pacatuba começou a se consolidar como um importante centro rural na região. A economia da vila baseava-se principalmente na pecuária, que era uma atividade econômica de grande destaque no Ceará durante o período colonial. O gado não só fornecia carne e couro para o consumo interno, mas também era uma importante mercadoria para exportação, especialmente para as áreas urbanas em crescimento, como Fortaleza.

Com o aumento da produção pecuária e agrícola, a vila atraiu mais habitantes, principalmente famílias de colonos que viam em Pacatuba uma oportunidade de estabelecerem suas propriedades e expandirem suas atividades econômicas. Além disso, o surgimento de pequenos comerciantes e artesãos contribuiu para a diversificação da economia local e para o desenvolvimento do núcleo urbano.

Em termos sociais, o crescimento do povoado também levou à formação de uma comunidade mais estruturada. As grandes fazendas da região, controladas por influentes famílias de proprietários de terra, formaram uma elite local que exercia considerável poder sobre a economia e a política da vila. Esses “coronéis”, como eram conhecidos, desempenhavam um papel central na organização social do povoado, controlando não apenas as atividades econômicas, mas também a vida política e religiosa da população.

A Influência da Igreja e da Religiosidade

Como em muitos outros povoados do Brasil colonial, a Igreja Católica teve um papel essencial no desenvolvimento de Pacatuba. A construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, no final do século XVIII, foi um marco importante na história da vila, sendo não apenas um local de culto religioso, mas também um ponto de convergência social. Ao redor da igreja, formou-se o núcleo central do povoado, que incluía casas de fazendeiros, pequenos comércios e instalações de serviços públicos.

A igreja era também o centro das festividades religiosas, que desempenhavam um papel crucial na vida cotidiana dos habitantes da vila. Celebrações como a Festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Pacatuba, uniam a comunidade e fortaleciam os laços sociais. Além disso, a presença da Igreja conferia legitimidade às elites locais, que muitas vezes eram vistas como patronos e protetores das instituições religiosas.

O Caminho para a Emancipação

Ao longo do século XIX, o povoado de Pacatuba continuou a crescer em importância e população. Esse crescimento, impulsionado pela agricultura e pela pecuária, fez com que a vila se tornasse cada vez mais autossuficiente, com uma vida econômica e social própria. Nesse contexto, surgiram os primeiros movimentos pela emancipação política do povoado.

Em 1869, Pacatuba foi elevada à categoria de vila, um passo fundamental para sua autonomia administrativa em relação a Fortaleza. Esse processo de emancipação refletia a crescente relevância

cia da vila como centro de produção agrícola e pecuária, bem como sua importância estratégica como rota de comunicação entre a capital e o sertão.

O processo de fundação e crescimento do povoado de Pacatuba está diretamente ligado aos ciclos econômicos do Brasil colonial, especialmente à pecuária e à agricultura. O povoado, surgido em torno das grandes propriedades rurais, consolidou-se como um núcleo econômico e social relevante, graças à sua localização estratégica e ao dinamismo de suas atividades produtivas. Ao longo do século XIX, Pacatuba passou a se organizar de forma mais autônoma, pavimentando o caminho para sua emancipação e desenvolvimento como município no século seguinte.

— A Emancipação Política de Pacatuba: Um Marco na Consolidação do Município

A história de Pacatuba, desde os primeiros assentamentos até sua transformação em uma vila e, posteriormente, em um município independente, reflete os principais processos de desenvolvimento político e econômico do Ceará. A emancipação política de Pacatuba, ocorrida em diferentes fases ao longo do século XIX e consolidada no início do século XX, foi um processo gradual e complexo, marcado por mudanças econômicas, sociais e administrativas que moldaram a identidade do município como parte essencial da Região Metropolitana de Fortaleza.

O Contexto Regional e a Importância Econômica

Antes da emancipação, Pacatuba era uma vila subordinada ao município de Maranguape, desempenhando um papel importante na economia rural da região. A pecuária e a agricultura, principalmente a produção de algodão e gêneros de subsistência, garantiam a vitalidade econômica da vila. A proximidade de Pacatuba com Fortaleza também lhe conferia relevância estratégica, funcionando como um entreposto para o comércio entre o interior e a capital, especialmente em um período em que as rotas comerciais por terra eram fundamentais para o abastecimento de Fortaleza e outras cidades litorâneas.

No início do século XIX, a região passou por um processo de reorganização territorial impulsionado por transformações políticas e econômicas no Brasil. A elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves em 1815, seguida pela independência em 1822, abriu novas possibilidades para o desenvolvimento local. A necessidade de descentralizar a administração pública e melhorar o controle sobre as atividades econômicas e sociais levou à criação de novas vilas e municípios em todo o país, como parte de um esforço para consolidar a independência política do Brasil e estabelecer uma estrutura administrativa mais eficiente.

Elevação à Categoria de Vila

A primeira grande conquista no processo de emancipação política de Pacatuba ocorreu em 1869, quando a localidade foi elevada à categoria de vila pela Assembleia Legislativa Provincial do Ceará. Esse reconhecimento significou uma autonomia relativa em relação à administração de Maranguape, à qual Pacatuba estava anteriormente subordinada. A partir desse momento, a vila passou a contar com uma câmara municipal própria, responsável pela gestão dos assuntos locais, como impostos, infraestrutura, segurança e administração da justiça.

Esse avanço foi uma resposta direta ao crescimento econômico e populacional da vila, que, em meados do século XIX, já se destacava como um importante centro rural e comercial. A criação de uma

estrutura administrativa própria também foi essencial para o desenvolvimento de políticas locais que atendessem às necessidades específicas da população de Pacatuba, que já demonstrava uma crescente identidade comunitária e desejo de maior autonomia política.

A Consolidação da Emancipação Política

No entanto, a elevação à categoria de vila foi apenas o primeiro passo rumo à plena emancipação política. Durante as décadas seguintes, a vila de Pacatuba continuou a crescer, tanto em termos econômicos quanto populacionais, mas sua autonomia plena ainda dependia de uma série de mudanças administrativas e políticas que só ocorreriam na virada do século XX.

O Código de Posturas Municipais, implementado pela câmara municipal de Pacatuba, foi um dos instrumentos essenciais nesse período. As posturas municipais regulavam desde o uso de terras públicas e privadas até a organização de feiras, o comércio local e a manutenção da ordem pública. Isso proporcionou à vila uma maior capacidade de se autogerir, sem depender tanto das decisões administrativas de Maranguape.

A transição para a República, em 1889, também trouxe mudanças significativas no cenário político nacional e regional. O fim do Império e o início da República no Brasil implicaram uma nova organização do poder local, com maior ênfase no federalismo e na autonomia dos municípios. Durante a Primeira República (1889-1930), a descentralização política permitiu que vilas e municípios como Pacatuba buscassem maior controle sobre seus próprios assuntos, em especial no que se referia à arrecadação de impostos e à gestão de recursos locais.

Elevação à Categoria de Município

O passo final para a emancipação política plena de Pacatuba veio em 1933, quando a vila foi finalmente elevada à categoria de município. Esse momento representou o ápice de décadas de desenvolvimento econômico, social e administrativo que, aos poucos, consolidaram a importância de Pacatuba na região. A elevação a município trouxe consigo uma série de benefícios, como a criação de uma estrutura de governo mais independente, a capacidade de legislar sobre temas locais e o controle sobre a arrecadação e aplicação de recursos.

A partir de 1933, Pacatuba passou a ter prefeito e vereadores eleitos, que assumiram a responsabilidade de conduzir o município de forma mais autônoma em relação à capital e aos municípios vizinhos. Isso significou um aumento na capacidade de planejar e executar políticas públicas voltadas para as necessidades específicas da população local, como a melhoria da infraestrutura urbana, o desenvolvimento da educação e a implementação de serviços públicos mais eficientes.

Impactos da Emancipação

A emancipação política de Pacatuba teve impactos profundos na vida cotidiana de seus habitantes. Um dos principais benefícios foi a melhoria da infraestrutura urbana e rural. Com maior controle sobre os recursos locais, o município pôde investir em estradas, pontes e na modernização dos serviços de transporte, facilitando o escoamento da produção agrícola e melhorando a qualidade de vida da população.

A criação de escolas municipais e a expansão do acesso à educação também foram marcos importantes após a emancipação. O investimento na formação da população local teve efeitos duradouros, contribuindo para a capacitação de novas gerações e o de-

envolvimento de uma mão de obra mais qualificada. A educação tornou-se uma prioridade para as administrações municipais, que viam na instrução pública um caminho para o progresso econômico e social de Pacatuba.

Outro impacto importante da emancipação foi o fortalecimento da identidade local. A autonomia política permitiu que a população de Pacatuba desenvolvesse um maior senso de pertencimento e orgulho em relação ao seu município. As festas populares, como as celebrações religiosas em homenagem a São Francisco de Assis, padroeiro da cidade, ganharam maior relevância, tornando-se eventos importantes para a coesão social e a valorização da cultura local.

A emancipação política de Pacatuba foi um processo gradual, marcado por diversas etapas que culminaram na sua elevação à categoria de município em 1933. Esse processo refletiu o desenvolvimento econômico e social da vila, impulsionado pela agricultura, pecuária e comércio, e atendeu aos anseios de maior autonomia por parte da população local.

A partir da emancipação, Pacatuba pôde controlar de forma mais eficaz seus recursos e planejar seu futuro de acordo com suas necessidades, consolidando-se como um município importante no cenário regional do Ceará.

— Desenvolvimento Econômico e Industrialização de Pacatuba

O processo de desenvolvimento econômico de Pacatuba acompanhou as mudanças estruturais que ocorreram no Ceará e no Brasil ao longo do século XX. Embora sua economia tenha sido tradicionalmente baseada na agricultura e na pecuária, Pacatuba gradualmente começou a se industrializar, especialmente a partir da segunda metade do século XX, graças à sua localização estratégica dentro da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e às políticas de modernização adotadas no período. O crescimento da cidade está intimamente ligado a essas transformações, que impulsionaram tanto a sua economia quanto sua infraestrutura urbana e social.

Economia Agrícola e Pecuária no Século XIX

Antes do início do processo de industrialização, a base econômica de Pacatuba era predominantemente rural. Durante o século XIX, a pecuária e a agricultura de subsistência foram as principais atividades econômicas que sustentavam a população local. A pecuária, principalmente voltada para a criação de gado bovino, fornecia carne, leite e couro, enquanto a agricultura, voltada para culturas como o milho, a mandioca e o algodão, atendia às necessidades básicas da população e gerava excedentes para comercialização em outras áreas da província.

O algodão, em particular, teve grande importância no desenvolvimento econômico do Ceará durante o século XIX, e Pacatuba se beneficiou desse ciclo agrícola. No entanto, o cultivo de algodão enfrentava dificuldades relacionadas ao clima semiárido, como a seca, o que limitava a expansão da produção agrícola na região. Esses desafios naturais ajudaram a moldar a economia de Pacatuba, que permaneceu ligada ao setor primário por várias décadas, até o início da industrialização no século XX.

Urbanização e Integração Regional

A transição para uma economia mais diversificada e urbanizada começou a ocorrer na primeira metade do século XX, quando Pacatuba passou a se beneficiar de sua proximidade com Fortaleza. A expansão da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), que

engloba Pacatuba, criou oportunidades para a cidade se integrar às dinâmicas econômicas da capital, oferecendo mão de obra e se tornando uma extensão das atividades industriais e comerciais que se concentravam em Fortaleza.

Esse processo de urbanização foi impulsionado pela construção de estradas e outras infraestruturas de transporte, que facilitaram o deslocamento de pessoas e mercadorias entre Pacatuba e Fortaleza. A implementação de sistemas rodoviários modernos, como a BR-116, que liga Pacatuba a outros municípios cearenses, melhorou significativamente o acesso à cidade e integrou sua economia ao mercado regional.

Outro fator importante para o desenvolvimento urbano foi o crescimento da população de Pacatuba. Ao longo do século XX, a migração de habitantes de áreas rurais para a sede do município foi acelerada pela busca de melhores oportunidades de trabalho e de condições de vida mais estáveis. Essa migração resultou na expansão de bairros e no surgimento de novas demandas por serviços urbanos, como educação, saúde e transporte.

Primeiros Passos para a Industrialização

A partir da década de 1960, Pacatuba começou a dar os primeiros passos em direção à industrialização. Nesse período, o Brasil vivia o auge de um processo de modernização econômica impulsionado pelo governo federal, que incentivava o crescimento industrial em várias regiões do país. A SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), criada em 1959, desempenhou um papel fundamental nesse contexto, ao promover a instalação de indústrias e a modernização econômica em estados do Nordeste, incluindo o Ceará.

Pacatuba, por sua proximidade com Fortaleza, começou a atrair pequenas indústrias voltadas para a produção de bens de consumo e produtos agrícolas processados. Setores como o têxtil, alimentício e metalúrgico tiveram um crescimento inicial, empregando a mão de obra local e gerando novas oportunidades de trabalho. Esse início de industrialização foi modesto em comparação com a capital, mas representou uma transformação significativa para uma cidade que até então dependia quase exclusivamente da agricultura.

Crescimento Industrial nas Décadas de 1970 e 1980

Durante as décadas de 1970 e 1980, Pacatuba experimentou um crescimento industrial mais robusto. As políticas de desenvolvimento adotadas pelo governo estadual e a expansão da infraestrutura de transporte e energia facilitaram a instalação de fábricas e indústrias em áreas próximas a Fortaleza. A criação de distritos industriais e de zonas de incentivos fiscais atraiu novos investidores para a região, que viu o surgimento de indústrias em setores como:

— **Têxtil:** A produção de tecidos e roupas foi um dos setores que mais cresceu em Pacatuba, aproveitando a tradição agrícola do cultivo de algodão na região.

— **Alimentício:** A transformação de produtos agrícolas, como mandioca e milho, em alimentos processados também se consolidou, beneficiando-se do fácil acesso ao mercado consumidor da capital.

— **Metalúrgico:** Pequenas indústrias metalúrgicas começaram a surgir, fornecendo produtos para o setor da construção civil e outras áreas em expansão na RMF.

Esse crescimento industrial foi acompanhado pela migração de trabalhadores de áreas rurais para a cidade, resultando no aumento da população urbana e no surgimento de bairros periféricos que atendiam à crescente demanda habitacional. A presença de

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Agente de Combate a Endemias

ATRIBUIÇÕES DO ACE; VISITA DOMICILIAR; LEI Nº 11.350, DE 5 DE OUTUBRO DE 2006

ATRIBUIÇÕES DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

A Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, regulamenta as atividades dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate às Endemias (ACE). Abaixo estão as principais atribuições dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) conforme estabelecido pela lei:

DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE

Os Agentes de Combate às Endemias (ACE) desempenham um papel essencial na manutenção da saúde pública, atuando diretamente na comunidade para prevenir e controlar doenças transmissíveis.

Vigilância Epidemiológica

1. Monitoramento e Identificação de Vetores:

- Realizar inspeções domiciliares e em áreas públicas para identificar a presença de criadouros de mosquitos e outros vetores.
- Coletar amostras de larvas e mosquitos adultos para análise em laboratórios.

2. Coleta e Registro de Dados Epidemiológicos:

- Documentar informações sobre a presença de vetores e a incidência de doenças em formulários específicos ou sistemas informatizados.
- Utilizar esses dados para mapear áreas de risco e direcionar ações de controle.

Prevenção de Doenças

1. Eliminação de Criadouros:

- Identificar e eliminar locais que possam servir de criadouros para vetores, como recipientes com água parada.
- Orientar a população sobre a importância de manter o ambiente limpo e livre de possíveis focos de vetores.

2. Aplicação de Produtos Químicos:

- Utilizar inseticidas e larvicidas em áreas com alta densidade de vetores, seguindo as normas de segurança e diretrizes estabelecidas pelos órgãos de saúde.
- Participar de operações de fumacê quando necessário, para o controle de mosquitos adultos em surtos epidêmicos.

Controle de Doenças

1. Identificação e Notificação de Casos:

- Detectar e notificar casos suspeitos de doenças transmitidas por vetores, como dengue, zika, chikungunya, febre amarela, entre outras.
- Colaborar com equipes de saúde para o encaminhamento e tratamento adequado dos casos identificados.

2. Campanhas de Vacinação e Controle:

- Apoiar e participar de campanhas de vacinação e outras iniciativas de saúde pública voltadas para a prevenção de doenças endêmicas.

Promoção da Saúde

1. Educação em Saúde:

- Desenvolver e participar de ações educativas na comunidade, escolas, e locais de trabalho, promovendo a conscientização sobre prevenção de doenças e controle de vetores.
- Distribuir materiais informativos e realizar palestras sobre hábitos saudáveis e medidas preventivas.

2. Mobilização Comunitária:

- Incentivar a participação ativa da comunidade nas ações de controle de vetores, promovendo mutirões de limpeza e outras atividades coletivas.
- Trabalhar em parceria com lideranças comunitárias, escolas e outras instituições para fortalecer as ações de promoção da saúde.

3. Apoio a Outras Ações de Saúde Pública:

- Colaborar com campanhas de doação de sangue, controle de zoonoses, e outras iniciativas de saúde pública que contribuam para o bem-estar da população.

Importância das Atividades

As atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças realizadas pelos ACE são fundamentais para reduzir a incidência de doenças transmissíveis e melhorar a qualidade de vida das comuni-

dades. O trabalho desses profissionais contribui significativamente para a prevenção de surtos e epidemias, protegendo a saúde pública e promovendo ambientes mais seguros e saudáveis para todos.

REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE CAMPO PARA A PESQUISA ENTOMOLÓGICA E COLETA DE DADOS EPIDEMIOLÓGICOS

Os Agentes de Combate às Endemias (ACE) desempenham um papel crucial na realização de ações de campo que visam a pesquisa entomológica e a coleta de dados epidemiológicos. Essas atividades são fundamentais para a identificação e controle de vetores de doenças e para a obtenção de informações essenciais para a formulação de estratégias de saúde pública.

Pesquisa Entomológica

1. Identificação de Focos de Vetores:

- Realizar inspeções detalhadas em áreas urbanas e rurais para identificar possíveis focos de vetores, como recipientes com água parada, lixo acumulado, e outras condições favoráveis à proliferação de mosquitos.

- Utilizar armadilhas específicas para capturar mosquitos adultos e larvas, permitindo a análise e identificação das espécies presentes.

2. Coleta de Amostras:

- Coletar amostras de larvas, pupas e mosquitos adultos utilizando métodos padronizados, como o uso de aspiradores entomológicos e armadilhas de ovitrampa.

- Garantir o acondicionamento e transporte adequado das amostras para laboratórios especializados, onde serão analisadas para identificação das espécies e verificação de patógenos.

3. Monitoramento de Populações de Vetores:

- Monitorar regularmente as populações de vetores em áreas de risco, registrando a densidade e a distribuição geográfica dos mosquitos.

- Avaliar a eficácia das intervenções de controle, como aplicação de inseticidas, verificando a redução nas populações de vetores.

Coleta de Dados Epidemiológicos

1. Registro Sistemático de Dados:

- Registrar informações detalhadas sobre os locais de coleta, incluindo coordenadas geográficas, tipo de ambiente (urbano, rural, peridoméstico), e condições ambientais.

- Utilizar sistemas de informação geográfica (SIG) para mapear a distribuição dos vetores e identificar áreas prioritárias para intervenções.

2. Análise de Dados:

- Colaborar com epidemiologistas e outros profissionais de saúde para analisar os dados coletados, identificando padrões de distribuição e fatores de risco associados à presença de vetores.

- Participar de estudos de correlação entre a presença de vetores e a ocorrência de casos de doenças, contribuindo para a formulação de hipóteses sobre a dinâmica de transmissão.

3. Relatórios e Comunicação de Resultados:

- Elaborar relatórios detalhados sobre as atividades de campo, incluindo dados coletados, métodos utilizados, e resultados obtidos.

- Comunicar os resultados das pesquisas e análises para as autoridades de saúde pública, auxiliando na tomada de decisões sobre estratégias de controle e prevenção.

Importância das Ações de Campo

As ações de campo para a pesquisa entomológica e coleta de dados epidemiológicos realizadas pelos ACE são essenciais para:

- **Identificação e Monitoramento de Vetores:** Permite a identificação precisa das espécies de vetores presentes em uma área e o monitoramento de suas populações ao longo do tempo.

- **Formulação de Estratégias de Controle:** Fornece dados críticos que informam as estratégias de controle de vetores, ajudando a direcionar recursos e esforços para as áreas de maior risco.

- **Prevenção de Doenças:** Contribui para a prevenção de surtos e epidemias ao identificar precocemente as áreas de risco e implementar medidas de controle de forma eficaz.

- **Educação e Conscientização:** A presença dos ACE em campo também serve para educar e conscientizar a população sobre a importância do controle de vetores e as medidas preventivas que podem ser adotadas.

Essas atividades, portanto, são fundamentais para a promoção da saúde pública e a prevenção de doenças transmitidas por vetores, beneficiando diretamente a comunidade e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS EM GERAL, COM ÊNFASE NAS QUE SÃO CAUSADAS POR VETORES

Os Agentes de Combate às Endemias (ACE) desempenham um papel crucial na prevenção e controle de doenças transmissíveis, especialmente aquelas causadas por vetores como mosquitos, roedores e outros insetos.

Prevenção de Doenças Transmissíveis

1. Educação e Conscientização da População:

- **Campanhas Educativas:** Realizar campanhas educativas sobre medidas preventivas, como eliminação de criadouros de mosquitos, uso de repelentes, telas em janelas e portas, e a importância da vacinação.

- **Distribuição de Material Informativo:** Distribuir folhetos, cartazes e outros materiais informativos para sensibilizar a população sobre a prevenção de doenças transmissíveis.

- **Palestras e Oficinas:** Organizar palestras e oficinas em escolas, comunidades e locais de trabalho para educar a população sobre hábitos saudáveis e práticas preventivas.

2. Identificação e Eliminação de Criadouros de Vetores:

- **Inspeções Domiciliares e Comunitárias:** Realizar visitas domiciliares e inspeções em áreas públicas para identificar e eliminar criadouros de mosquitos, como recipientes com água parada, pneus, garrafas e outros objetos que acumulam água.

- **Mutirões de Limpeza:** Organizar mutirões de limpeza em parceria com a comunidade para remover lixo e materiais que possam servir de criadouros para vetores.

3. Promoção de Medidas Sanitárias:

- **Controle de Qualidade da Água:** Orientar a população sobre a importância de tratar a água para consumo, evitando a contaminação por agentes patogênicos.

- **Higiene e Saneamento:** Promover práticas de higiene pessoal e saneamento básico, como lavagem das mãos, uso de sanitários adequados e manejo correto de resíduos sólidos.

Controle de Doenças Causadas por Vetores

1. Aplicação de Medidas de Controle Químico e Biológico:

- **Inseticidas e Larvicidas:** Aplicar inseticidas e larvicidas em áreas de risco para reduzir as populações de vetores, seguindo as normas de segurança e diretrizes dos órgãos de saúde.

- **Métodos Biológicos:** Utilizar métodos biológicos de controle, como a introdução de predadores naturais de larvas de mosquitos, quando apropriado.

2. Monitoramento e Avaliação de Intervenções:

- **Monitoramento de Vetores:** Realizar monitoramento contínuo das populações de vetores, utilizando armadilhas e outros métodos de coleta para avaliar a eficácia das intervenções de controle.

- **Avaliação de Resultados:** Analisar os dados coletados para avaliar os resultados das medidas de controle implementadas e ajustar as estratégias conforme necessário.

3. Notificação e Tratamento de Casos de Doenças:

- **Identificação e Notificação de Casos:** Identificar e notificar casos suspeitos de doenças transmissíveis às autoridades de saúde para garantir o tratamento adequado e a implementação de medidas de controle.

- **Apoio no Tratamento:** Apoiar as equipes de saúde no tratamento de casos de doenças transmissíveis, fornecendo informações e orientações aos pacientes e suas famílias.

4. Participação em Campanhas de Vacinação:

- **Mobilização Comunitária:** Participar da mobilização comunitária para aumentar a cobertura vacinal, especialmente em campanhas de vacinação contra doenças como febre amarela, influenza e outras doenças preveníveis por vacinação.

- **Auxílio na Logística:** Ajudar na logística de campanhas de vacinação, incluindo a organização de postos de vacinação e o registro de vacinados.

Importância das Atividades de Prevenção e Controle

As atividades de prevenção e controle de doenças transmissíveis realizadas pelos ACE são fundamentais para:

- **Redução da Incidência de Doenças:** Prevenir a ocorrência de surtos e epidemias, reduzindo a incidência de doenças transmitidas por vetores e outras doenças transmissíveis.

- **Proteção da Saúde Pública:** Proteger a saúde pública ao controlar a propagação de doenças e melhorar as condições sanitárias da comunidade.

- **Melhoria da Qualidade de Vida:** Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população ao promover ambientes mais saudáveis e seguros.

Essas atividades são essenciais para a saúde pública, pois permitem a identificação precoce e o controle eficaz de vetores e doenças transmissíveis, beneficiando diretamente a comunidade e contribuindo para um ambiente mais saudável e seguro.

PARTICIPAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE CAMPO EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

Em situações de emergência, como surtos epidêmicos, desastres naturais ou outras crises de saúde pública, os Agentes de Combate às Endemias (ACE) desempenham um papel vital na organização e execução de atividades de campo. Estas atividades são cruciais para a rápida resposta e controle de situações que ameaçam a saúde pública.

Organização de Atividades de Campo

1. Planejamento de Ações Emergenciais:

- **Coordenação com Autoridades de Saúde:** Colaborar com autoridades de saúde pública, equipes de emergência e outras agências governamentais para planejar e coordenar respostas rápidas e eficazes.

- **Identificação de Áreas de Risco:** Mapear áreas afetadas ou potencialmente afetadas para priorizar as ações de campo.

- **Preparação de Equipamentos e Suprimentos:** Garantir que todos os equipamentos e suprimentos necessários, como inseticidas, larvicidas, materiais de proteção e kits de primeiros socorros, estejam prontos e disponíveis.

2. Treinamento de Equipes:

- **Capacitação de Pessoal:** Treinar novas equipes e voluntários em práticas seguras e eficazes de controle de vetores e prevenção de doenças.

- **Simulações e Exercícios:** Realizar simulações e exercícios para preparar as equipes para situações de emergência reais.

Execução de Atividades de Campo

1. Controle de Vetores em Áreas Atingidas:

- **Aplicação de Inseticidas e Larvicidas:** Realizar a aplicação intensiva de inseticidas e larvicidas nas áreas afetadas para reduzir rapidamente as populações de vetores.

- **Eliminação de Criadouros:** Inspeccionar e eliminar criadouros de vetores, especialmente em áreas inundadas ou onde houve acúmulo de água.

2. Monitoramento e Avaliação da Situação:

- **Coleta de Dados Epidemiológicos:** Coletar dados sobre a incidência de casos de doenças, presença de vetores e condições ambientais nas áreas afetadas.

- **Avaliação de Riscos:** Avaliar continuamente os riscos e ajustar as estratégias de intervenção conforme necessário.

3. Comunicação e Informação:

- **Informação à População:** Informar a população sobre medidas preventivas, riscos à saúde e ações que estão sendo tomadas. Utilizar diversos canais de comunicação, como rádio, televisão, redes sociais e visitas domiciliares.

- **Coordenação com Mídia:** Trabalhar em conjunto com a mídia para disseminar informações precisas e atualizadas sobre a situação e as ações em andamento.

4. Apoio a Serviços de Saúde:

- **Auxílio em Campanhas de Vacinação:** Participar e apoiar campanhas de vacinação de emergência para prevenir a disseminação de doenças.

- **Logística e Distribuição de Suprimentos:** Ajudar na distribuição de suprimentos médicos, água potável, alimentos e outros recursos essenciais para as áreas afetadas.

5. Intervenção Direta em Áreas de Desastre:

- **Resgate e Primeiros Socorros:** Prestar primeiros socorros e assistência básica de saúde às vítimas em áreas de desastre.

- **Alojamento Temporário:** Auxiliar na organização de alojamentos temporários e garantir que esses locais sejam mantidos livres de vetores e outras condições insalubres.

Importância da Participação em Situações de Emergência

A participação dos ACE na organização e execução de atividades de campo em situações de emergência é fundamental para:

- **Resposta Rápida e Eficaz:** Garantir uma resposta rápida e coordenada para controlar surtos de doenças e outras emergências de saúde pública.

- **Minimização de Impactos:** Reduzir o impacto das emergências na saúde pública e prevenir a disseminação de doenças.

- **Proteção da População Vulnerável:** Proteger populações vulneráveis e fornecer assistência imediata em situações críticas.

- **Recuperação Pós-Desastre:** Contribuir para a recuperação e reabilitação das comunidades afetadas, ajudando a restabelecer condições saudáveis e seguras.

As atividades dos ACE em situações de emergência são essenciais para proteger a saúde pública, mitigar riscos e garantir a segurança e bem-estar das comunidades afetadas.

DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES EDUCATIVAS JUNTO À COMUNIDADE

Os Agentes de Combate às Endemias (ACE) desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de ações educativas junto à comunidade. Essas ações visam informar e sensibilizar a população sobre a importância da prevenção e controle de doenças transmissíveis, especialmente aquelas causadas por vetores.

Planejamento de Ações Educativas

1. Diagnóstico da Situação:

- **Levantamento de Necessidades:** Identificar as principais necessidades de informação e educação da comunidade com base em dados epidemiológicos e na observação direta das condições locais.

- **Análise de Perfil da Comunidade:** Avaliar o perfil sociodemográfico da comunidade, considerando fatores como idade, nível de escolaridade, hábitos culturais e condições socioeconômicas.

2. Definição de Objetivos:

- **Objetivos Específicos e Mensuráveis:** Definir objetivos claros e mensuráveis para as ações educativas, como redução de criadouros de mosquitos, aumento da adesão à vacinação, ou melhoria das práticas de higiene.

3. Desenvolvimento de Materiais Educativos:

- **Criação de Conteúdos:** Desenvolver materiais educativos como folhetos, cartazes, vídeos, e conteúdos para redes sociais que sejam claros, atraentes e culturalmente apropriados.

- **Adaptação de Materiais Existentes:** Adaptar materiais educativos existentes para atender às especificidades da comunidade alvo.

Execução de Ações Educativas

1. Palestras e Oficinas:

- **Organização de Eventos Educativos:** Planejar e realizar palestras e oficinas em locais acessíveis à comunidade, como escolas, centros comunitários e associações de bairro.

- **Participação Ativa da Comunidade:** Incentivar a participação ativa da comunidade, promovendo discussões e esclarecendo dúvidas sobre a prevenção de doenças e controle de vetores.

2. Visitas Domiciliares:

- **Educação Porta a Porta:** Realizar visitas domiciliares para fornecer informações e orientações personalizadas sobre medidas preventivas, como eliminação de criadouros de mosquitos e práticas de higiene.

- **Distribuição de Material Informativo:** Entregar materiais educativos durante as visitas e reforçar a importância das medidas preventivas.

3. Campanhas de Mobilização Social:

- **Campanhas Temáticas:** Organizar campanhas temáticas em datas específicas, como o Dia Mundial da Saúde, para aumentar a conscientização sobre determinadas doenças e práticas preventivas.

- **Parcerias Locais:** Estabelecer parcerias com escolas, empresas, igrejas e outras instituições locais para ampliar o alcance das campanhas educativas.

4. Uso de Mídias Sociais e Digitais:

- **Divulgação Online:** Utilizar plataformas de mídia social, websites e aplicativos de mensagens para divulgar informações e campanhas educativas.

- **Interatividade e Engajamento:** Promover interatividade com a comunidade através de quizzes, enquetes e fóruns de discussão online.